

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL (ProLEEI) EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: O PAPEL DOS FORMADORES E OS DESAFIOS DA REDE

THE IMPLEMENTATION OF THE READING AND WRITING
IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION PROGRAM (ProLEEI)
IN SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: THE ROLE OF TRAINERS AND
THE CHALLENGES OF THE EDUCATIONAL NETWORK

Francilene Silvério Kusumoto Pinto

Mestranda em Educação pela Unicid

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6725012591122379>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-0770-482>

E-mail: francilenesilverio@gmail.com

Cláudia Oliveira Pimenta

Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da USP

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6858570464506215>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1836-7535>

E-mail: copimenta@unicid.edu.br

Resumo: Este artigo analisa o processo de implementação do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (ProLEEI), no município de São José dos Campos/SP, com foco na atuação das formadoras municipais responsáveis pela condução da política de formação continuada. O estudo tem por objetivo compreender as estratégias de mobilização, os desafios de implementação e as potencialidades pedagógicas decorrentes da execução do programa na rede de ensino municipal. Adota-se uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental e nos registros narrativos produzidos por sete formadoras municipais. A discussão revela que o programa obteve êxito ao expandir a adesão docente e alinhar as diretrizes do letramento de base social ao currículo municipal, qualificando a curadoria literária nas unidades. Contudo, identifica desafios logísticos e assimetrias de recursos entre as redes direta e parceira. Conclui-se que o programa se consolida como um espaço democrático de valorização docente, demandando reordenamentos institucionais para garantir a sustentabilidade dessa política pública.

Palavras-chave: Formação continuada. Educação Infantil. Cultura escrita. ProLEEI. Política pública.

Abstract: This article analyzes the implementation process of the Reading and Writing in Early Childhood Education Program (ProLEEI) in the municipality of São José dos Campos, São Paulo, focusing on the work of the municipal teacher trainers responsible for leading of this continuing education policy. The study aims to understand the mobilization strategies, implementation challenges, and pedagogical potential arising from the program's execution within the municipal educational network. A qualitative approach is adopted, based on the analysis of documents and narrative records produced by seven municipal trainers. The discussion reveals that the program succeeded in expanding teacher participation and aligning literacy guidelines with the municipal curriculum, thereby enhancing the quality of literary resource selection in the schools. However, the study identifies logistical challenges and resource disparities between the directly public managed schools and private schools affiliated with the public authorities. It concludes that the program has established itself as a democratic space that values teachers, while requiring institutional adjustments to ensure the sustainability of this public policy.

Keywords: Continuing Training. Early Childhood Education. Written Culture. ProLEEI. Public policy.

Introdução

O Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (ProLEEI) configura-se como uma relevante política pública de formação continuada de professores, desenvolvida pelo Ministério da Educação como desdobramento do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Voltado aos docentes das creches e das pré-escolas, o programa tem como finalidade qualificar as práticas pedagógicas relacionadas ao desenvolvimento da leitura, da escrita e da oralidade na Educação Infantil. Fundamentado na concepção de que as crianças pequenas constroem conhecimentos por meio das interações, das brincadeiras e das múltiplas linguagens, o ProLEEI busca promover experiências significativas com a cultura escrita, respeitando as especificidades das infâncias e evitando a antecipação do processo formal de alfabetização (Brasil, 2023).

Nesse contexto, o ProLEEI assume relevância ao fortalecer práticas pedagógicas que favorecem o contato das crianças com diferentes gêneros textuais, tais como narrativas, produções orais e escritas, ampliando as possibilidades de inserção, no universo letrado, desde os primeiros anos de vida. Além disso, o programa investe na formação docente como elemento central para a consolidação de práticas educativas mais reflexivas, sensíveis às infâncias e comprometidas com o desenvolvimento integral das crianças (Brasil, 2025a).

No município de São José dos Campos/SP, a adesão ao programa ocorreu em fevereiro de 2024, marcando o início de um movimento formativo envolvendo profissionais das 110 Unidades Escolares de Educação Infantil da Rede de Ensino Municipal (REM), sendo 60 da rede direta e 50 da rede parceira. Após a seleção de formadoras municipais, iniciaram-se os processos de formação e de mobilização dos diretores, coordenadores pedagógicos e professores da rede, com ações de divulgação e de sensibilização acerca da importância do programa para as práticas de leitura e escrita na infância. Ainda que a adesão inicial tenha sido reduzida, o desenvolvimento das ações formativas contribuiu para a ampliação da participação dos profissionais na edição seguinte do programa.

A trajetória de implementação do ProLEEI, em São José dos Campos/SP, evidencia um processo de amadurecimento contínuo e um esforço estratégico de mobilização dos profissionais da rede. A primeira oferta do programa contou com 204 inscritos e 64 concluintes, demonstrando a adesão dos professores à proposta formativa e o interesse dos participantes em aprofundar conhecimentos relacionados às práticas de oralidade, de leitura e de escrita na Educação Infantil. Em continuidade às ações formativas, foi ofertado o curso de aprofundamento para os concluintes da primeira edição, ao mesmo tempo em que se estruturava uma nova turma do ProLEEI, ampliando o número de participantes. A segunda edição alcançou 224 inscritos, distribuídos em sete turmas, envolvendo professores, gestores escolares e equipe técnica da Secretaria de Educação e Cidadania (SEC).

Nesse contexto, este artigo tem como objetivos apresentar e problematizar as ações implementadas pelos formadores do ProLEEI, no município de São José dos Campos/SP, buscando identificar os limites, os desafios e as potencialidades presentes no processo de implementação desse programa formativo. Pretende-se, ainda, analisar de que maneira as ações desenvolvidas contribuíram para a mobilização dos profissionais da Educação Infantil e para o fortalecimento de práticas pedagógicas na infância, relacionadas à leitura, à escrita e à oralidade, na visão dos formadores. Ao discutir a experiência local, o estudo busca colaborar com reflexões acerca da formação continuada de professores e da construção de contextos educativos que favoreçam o acesso das crianças à cultura escrita de forma significativa, lúdica e coerente com as especificidades da Educação Infantil.

Além desta introdução e das considerações finais, o presente artigo está organizado em duas seções. A primeira seção destina-se a apresentar o debate acerca do letramento, da oralidade e da inserção das crianças, na cultura escrita, na Educação Infantil, discutindo como o ProLEEI se constitui como uma política de formação continuada voltada ao fortalecimento dessas práticas pedagógicas. A segunda seção dedica-se à descrição e à análise do processo de implementação do programa, no município de São José dos Campos/SP, abordando as ações desenvolvidas pelos formadores municipais, os desafios encontrados ao longo do percurso, as estratégias de mobilização e a ampliação da participação dos profissionais da rede direta e conveniada, bem como as potencialidades e as possibilidades de aprimoramento das ações formativas realizadas.

Metodologia

Este estudo caracterizou-se como analítico-descritivo, de natureza qualitativa, cujo desenho metodológico apoia-se na análise da percepção das formadoras (via questionário), na análise documental e narrativa de uma política pública de formação continuada em andamento. O objeto de investigação centra-se no processo de implementação e articulação do ProLEEI, no município de São José dos Campos/SP, tomando como eixo analítico as ações desenvolvidas pelas formadoras municipais e os reflexos dessa política na Rede de Ensino Municipal. A opção por esse método justifica-se pela necessidade de compreender os fenômenos educativos a partir da perspectiva dos próprios atores sociais que os constroem, permitindo uma imersão reflexiva sobre as práticas de gestão e de formação pedagógica na primeira etapa da educação básica.

A coleta de dados e constituição do *corpus* de análise estruturou-se em duas frentes complementares. A primeira consistiu no levantamento e análise documental dos marcos regulatórios e dos subsídios teóricos do programa (como os cadernos de formação do ProLEEI), do Currículo da Educação Infantil da Rede de Ensino Municipal de São José dos Campos/SP e dos relatórios estatísticos de inscrição e conclusão gerados pela SEC. A segunda frente abrangeu o levantamento de registros narrativos produzidos por sete formadoras municipais, atuantes no programa, coletados por meio de questionários. Para garantir a precisão metodológica e a integridade dos dados, as respostas foram digitalizadas por meio do aplicativo *CamScanner* e, posteriormente, transcritas de forma fiel com o suporte da ferramenta de Inteligência Artificial *NotebookLM*. Os dados foram categorizados em eixos temáticos que envolveram: o processo de seleção e logística de implementação; as estratégias de mediação e acompanhamento formativo; as potencialidades e convergências curriculares; e os desafios com as propostas de reordenamento das ações.

A opção por esse percurso metodológico propiciou às autoras uma valiosa oportunidade de refletir e de interagir com diferentes áreas do conhecimento e com distintas vivências educacionais. A análise horizontal das narrativas permitiu refletir sobre as realidades que atravessam a rede municipal, promovendo uma rica interação entre as vivências pedagógicas das 60 unidades de atendimento direto e as 50 unidades da rede parceira.

No que se refere aos aspectos éticos, as narrativas analisadas foram produzidas por formadoras municipais que participaram voluntariamente do estudo, mediante ciência dos objetivos da pesquisa e da autorização para utilização de seus relatos exclusivamente para fins acadêmico-científicos. Para preservar o anonimato das participantes, suas identidades foram suprimidas, sendo as falas identificadas por códigos alfanuméricos (F1, F2, F3, F4, F5, F6 e F7). Dessa forma, foram observados os princípios éticos da confidencialidade, da privacidade e do respeito às participantes durante todas as etapas da investigação.

Leitura e Escrita na Educação Infantil: O debate entre alfabetização e letramento à luz do Currículo de São José dos Campos e do ProLEEI

O debate em torno da inserção da criança na cultura escrita, durante a primeira infância, tem se configurado historicamente como um campo de discussão entre duas vertentes pedagógicas: de um lado, a alfabetização concebida como mera decodificação de grafemas e fonemas; de outro, a concepção do letramento, que compreende a leitura e a escrita como práticas sociais, culturais e comunicativas. Sob essa ótica, o letramento ultrapassa o domínio técnico do sistema de escrita, referindo-se à participação dos sujeitos em situações significativas de uso da língua, por meio das quais atribuem sentidos aos textos e se inserem na cultura escrita. Assim, enquanto a alfabetização se relaciona à aprendizagem do sistema de escrita alfabética, o letramento enfatiza os usos sociais dessas ferramentas, evidenciando que a aproximação das crianças com o mundo escrito deve ocorrer em contextos de interação, de expressão e de produção de significados (Brasil, 2025a). Esse entendimento demanda a consolidação de práticas pedagógicas que recusem a antecipação de conteúdos formais e instrumentais próprios do Ensino Fundamental, assegurando, em contrapartida, o direito da criança de conviver e de interagir com o ambiente letrado, respeitando

as especificidades, os tempos e as culturas da infância (São José dos Campos, 2025).

A Rede de Ensino Municipal de São José dos Campos/SP, por meio de seu Currículo da Educação Infantil, responde de maneira intencional e política a esse debate. Em consonância com essa perspectiva, o contato com a leitura e com a escrita distancia-se de abordagens centradas em treinamentos motores, em exercícios repetitivos ou em atividades descontextualizadas, compreendendo a alfabetização como parte de um processo mais amplo de desenvolvimento infantil (São José dos Campos, 2025). Essa concepção evidencia a centralidade das múltiplas linguagens no desenvolvimento integral das crianças e reafirma a importância das interações e das experiências comunicativas desde os primeiros anos de vida. Nesse contexto, o campo de experiências “Escuta, fala, pensamento e imaginação” assume papel estruturante, no cotidiano escolar, ao reconhecer a linguagem como elemento fundamental para a construção de sentidos, a participação social e a ampliação das formas de expressão (São José dos Campos, 2025).

As contribuições de Vygotsky reforçam essa compreensão ao evidenciarem que o desenvolvimento do pensamento é mediado pela linguagem. Assim, é nas experiências sociais e nas interações com adultos e com seus pares que a criança amplia seus conhecimentos, produz cultura e constrói significados sobre o mundo. Esse processo manifesta-se em diferentes formas de expressão — como brincadeiras, conversas, desenhos, dramatizações e narrativas —, possibilitando o desenvolvimento progressivo de competências relacionadas a falar, escutar, ler e escrever (São José dos Campos, 2025).

Nessa mesma direção, Soares (2004) destaca que as abordagens tradicionais — pautadas na memorização, na cópia e na fragmentação das palavras — tendiam a apresentar a língua de forma desarticulada dos significados construídos pelas crianças. A autora ressalta que a inserção na cultura escrita deve ocorrer em contextos significativos, por meio de experiências que favoreçam a oralidade, a escuta, a leitura, a imaginação, a produção de narrativas e o contato com diferentes gêneros textuais. Assim, reafirma-se que as práticas pedagógicas, na Educação Infantil, não devem se centrar na antecipação da alfabetização formal, mas sim na ampliação das experiências linguísticas e culturais, garantindo a participação ativa das crianças em situações reais de comunicação.

Reforçando a indissociabilidade desses conceitos, Soares aponta que:

Alfabetização e Letramento são processos cognitivos e linguísticos distintos, portanto, a aprendizagem e o ensino de um e de outro é de natureza essencialmente diferente; entretanto, as ciências em que se baseiam esses processos e a pedagogia por elas sugeridas evidenciam que são processos simultâneos e interdependentes. A alfabetização — a aquisição da tecnologia da escrita — não precede nem é pré-requisito para o letramento, ao contrário, a criança aprende a ler e escrever, envolvendo-se em atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e escrita (SOARES, 2020, p. 27)

Nessa perspectiva, ser alfabetizado implica apropriar-se da leitura e da escrita em seus usos cotidianos e sociais. No contexto escolar, a linguagem não pode ser trabalhada de forma fragmentada, uma vez que falar, escutar, ler e escrever se entrelaçam às experiências vividas pela criança em seus diferentes espaços de convivência. As interações, as brincadeiras, a literatura infantil, as narrativas e as múltiplas linguagens constituem, portanto, elementos fundamentais para sua inserção no universo da cultura escrita.

Essa compreensão encontra respaldo no Currículo da Educação Infantil da Rede Municipal, que afirma que, desde o nascimento, a criança participa de situações comunicativas cotidianas, apropriando-se progressivamente da linguagem oral, ampliando suas possibilidades de compreensão, de interação e de expressão (São José dos Campos, 2025). Cabe, portanto, à Educação Infantil promover experiências que possibilitem às crianças falar, ouvir, imaginar, narrar, brincar com a linguagem e participar de práticas sociais de leitura e de escrita, sempre em consonância com as especificidades da infância. Como explicita o documento:

Desde cedo, a criança manifesta curiosidade com relação à cultura escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, dos gêneros, suporte e portadores. (Currículo da Rede, 2025, p. 82)

O currículo destaca ainda que a inserção da criança na cultura escrita ocorre por meio do contato com histórias, cantigas, poemas, parlendas, brincadeiras orais, diferentes gêneros textuais e situações significativas de uso da escrita, favorecendo a construção de hipóteses sobre o sistema alfabético e sobre a compreensão de suas funções sociais. Essa perspectiva alinha-se às discussões desenvolvidas pelo ProLEEI, que compreende a leitura e a escrita como práticas culturais, sociais e estéticas vivenciadas pelas crianças em diferentes contextos (Brasil, 2025a).

Nas diretrizes metodológicas do programa, observa-se a valorização da experiência estética, da literatura e das manifestações próprias da infância como fundamentos do trabalho pedagógico. Ao longo do percurso formativo orientado aos profissionais, as temáticas priorizadas abrangem as “culturas do escrito”, a “experiência estética”, a “relação entre linguagem oral e linguagem escrita”, o “conceito ampliado de leitura” e os “usos sociais da linguagem escrita”. Tais elementos evidenciam o compromisso da proposta com a superação de visões reducionistas do letramento inicial, reconhecendo a criança como sujeito cultural e produtora de sentidos (BRASIL, 2025b).

Além disso, a proposta do ProLEEI reitera que o aperfeiçoamento docente precisa se ancorar nas vivências cotidianas e no compartilhamento de experiências coletivas. Ao valorizar a escrita narrativa dos educadores sobre seu dia a dia, o programa assume que o relato das próprias vivências constitui um saber construído historicamente, consolidando a narrativa como uma ferramenta essencial para a autoformação, à reflexão crítica e à produção de novos saberes pedagógicos. O programa também evidencia a relevância dessas experiências, no cotidiano escolar, ao propor ações práticas, tais como oficinas de literatura infantil, rodas de conversa, tertúlias literárias e brincadeiras orais integradas às práticas de leitura e escrita (Brasil, 2025a).

Essa convergência teórico-metodológica materializa-se na organização de um cotidiano pedagógico rico em propostas que asseguram os direitos de aprendizagem e o desenvolvimento — conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Para tanto, o planejamento curricular articula intencionalmente o cuidar e o educar, tendo as interações e as brincadeiras como eixos estruturantes. Esse arranjo viabiliza práticas integradas que promovem o contato sistemático com a pluralidade de gêneros textuais e com as manifestações orais da cultura (São José dos Campos, 2025).

Por fim, compreende-se que tanto as diretrizes curriculares municipais quanto os subsídios do ProLEEI convergem para uma concepção de infância que reconhece a criança como sujeito de direitos e protagonista de seu processo de desenvolvimento. Nesse contexto, a leitura, a oralidade, a escrita, a imaginação e a brincadeira constituem dimensões indissociáveis da inserção da criança no mundo da cultura e da linguagem, consolidando percursos educativos que respeitam a integridade da primeira infância.

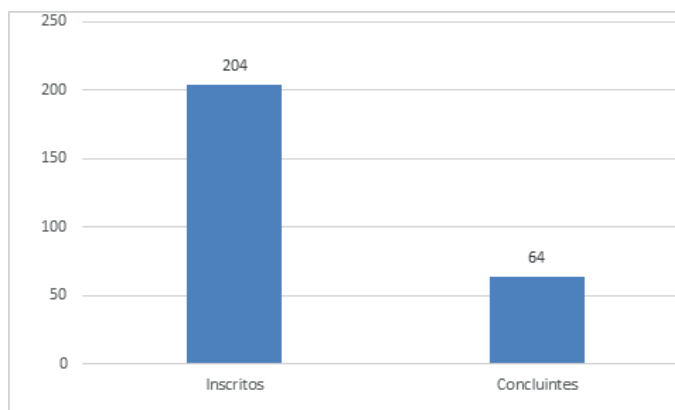
A implementação do ProLEEI em São José dos Campos: percursos, desafios e possibilidades.

O processo de implementação do ProLEEI em São José dos Campos/SP, iniciado em fevereiro de 2024, caracteriza-se pela construção coletiva entre a equipe técnica da Secretaria de Educação e Cidadania (SEC), a formadora estadual e as equipes de formadoras municipais que integram o programa desde a sua edição inaugural. Embora o movimento formativo abranja um percurso de amadurecimento que contempla duas turmas e etapas de aprofundamento, este estudo ancora-se especificamente nos registros narrativos de sete formadoras do município, da 2ª edição do programa. A partir da perspectiva dessas profissionais, constata-se que a consolidação dessa política envolveu avanços expressivos e desafios estruturais, exigindo constantes reflexões teóricas

acerca do desenvolvimento profissional docente na primeira infância.

Nesse contexto, a implementação, impulsionada pela adesão do município ao Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada, consolidou um movimento de formação continuada para a Rede de Ensino Municipal (REM) cujo panorama inicial é elucidado no Gráfico 1. Os dados da primeira edição do programa, realizada entre abril e dezembro de 2024, revelam 31,4% (64) inscritos concluíram o curso (Gráfico 1).

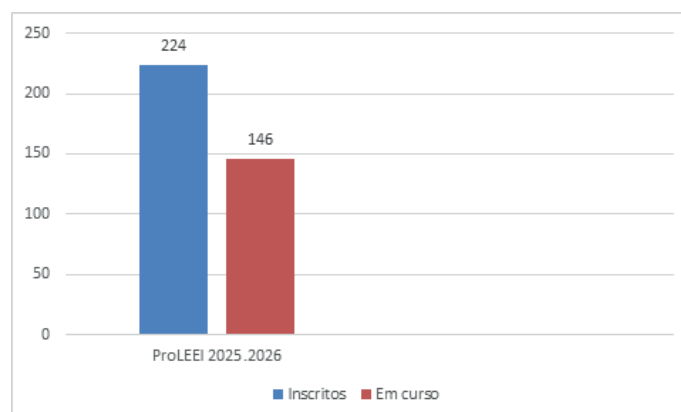
Gráfico 1. Número de inscritos e de concluintes da 1ª Edição do ProLEEI (2024) em São José dos Campos/SP



Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nos registros do ProLEEI do município.

Em continuidade ao processo de expansão e consolidação do ProLEEI, no município, a segunda edição do programa iniciou seu percurso em setembro de 2025, com encerramento previsto para outubro de 2026. Esta nova etapa de implementação reflete o amadurecimento das estratégias de mobilização institucional e o crescente interesse da rede, mobilizando um público diversificado que abrange professores, gestores escolares e a equipe técnica da Secretaria de Educação e Cidadania (SEC). Conforme elucidado no Gráfico 2, esta edição registrou o expressivo número de 224 inscritos, dos quais 146 profissionais encontram-se atualmente cursando o programa, evidenciando o esforço contínuo da municipalidade em sustentar o engajamento docente e qualificar as práticas pedagógicas nas unidades escolares.

Gráfico 2. Número de inscritos e cursistas da 2ª Edição do ProLEEI (2025-2026) em São José dos Campos/SP



Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nos registros do ProLEEI do município.

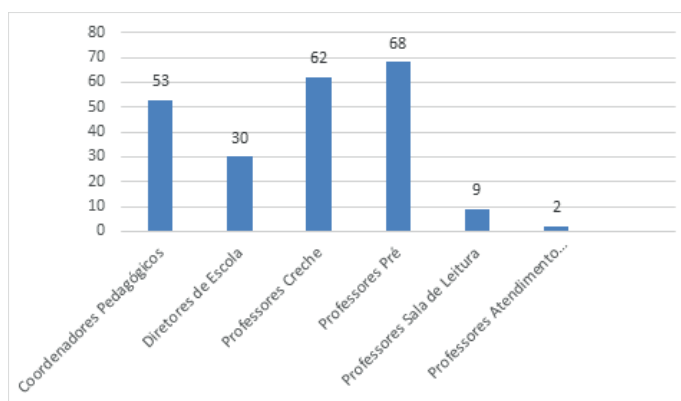
Esse percurso estruturou-se a partir de processo seletivo para a composição da equipe de formadoras locais. O processo de seleção, organizado pela SEC, demandou a comprovação de requisitos acadêmicos e de tempo de experiência, além de etapas de avaliação técnica, por meio de entrevistas. Conforme rememora uma das formadoras selecionadas:

No 2º semestre de 2025 participei de um processo seletivo na rede de ensino municipal de São José dos Campos, o processo envolveu entrega de documentação e entrevista com as supervisoras de alfabetização e de formação da REM. Após estas etapas fui uma das selecionadas e, desde então, atuo como formadora municipal. (F5)

Para além dos critérios documentais, as entrevistas coletivas foram determinantes para mapear o repertório pedagógico das candidatas. Outro relato corrobora essa dinâmica ao apontar que a seleção permitiu a expressão da bagagem profissional acumulada: “Participei do processo seletivo para ser formadora, em que apresentei o conhecimento que estou construindo em minha vida profissional há 26 anos” (F3).

Com o corpo docente estabelecido, o desenho organizacional da formação buscou flexibilizar o acesso e garantir o atendimento tanto às 60 unidades da rede direta quanto às 50 da rede parceira. Para viabilizar a participação frente à complexidade de rotinas da rede, a municipalidade organizou dois fluxos formativos: turmas quinzenais às segundas-feiras, no período noturno, e turmas mensais aos sábados, em período integral. De acordo com os dados do programa, essa estratégia logística e o esforço de mobilização foram fundamentais para a consolidação e a sustentação da adesão ao ProLEEI, no município. O interesse da rede manteve-se em patamares estáveis, registrando 204 inscritos, na primeira edição e 224, na segunda. Os inscritos na segunda edição foram distribuídos em sete turmas, englobando professores, gestores e equipe técnica da SEC, conforme a distribuição de adesão detalhada no gráfico 3.

Gráfico 3. Distribuição dos inscritos na 2ª edição do ProLEEI 2025/2026 por categoria profissional.



Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nos registros do ProLEEI do município.

Em continuidade às ações formativas e como resposta ao interesse demonstrado pelos 64 cursistas que concluíram a primeira edição, o município estruturou duas turmas destinadas ao Aprofundamento LEEI, organizadas em etapas sucessivas. A primeira turma, organizada no primeiro semestre de 2025, contou com 34 inscritos e 34 concluintes. Já a segunda turma, iniciada no primeiro semestre de 2026, registrou 30 inscritos que seguem atualmente em processo de continuidade formativa. A oferta dessas turmas de aprofundamento, ocorrendo de forma concomitante à estruturação das novas turmas da segunda edição, evidencia o amadurecimento da rede de ensino municipal e o desejo dos profissionais em consolidar os conhecimentos teóricos em práticas cotidianas cada vez mais qualificadas.

Mesmo diante da manutenção dos índices de participação na segunda edição, os dados revelam que a permanência dos cursistas até o desfecho do programa configura-se como um desafio estrutural para a rede. Observa-se, contudo, um avanço gradativo no aproveitamento do percurso formativo: enquanto a primeira edição (2024) registrou 31% de concluintes, a segunda etapa (2025-2026) apresenta uma perspectiva de 65% de cursistas em continuidade, que se configuram como possíveis concluintes. Com base nos registros e nos questionários respondidos pelas formadoras municipais, essa evasão e a dificuldade de retenção estão diretamente atreladas

às complexidades da rotina operacional da rede. Dentre os principais limites e desafios apontados pelas formadoras, destacam-se a sobrecarga de trabalho dos profissionais da educação infantil, o desgaste decorrente das jornadas formativas realizadas em horários alternativos, como o período noturno e aos sábados integrais, e a escassez de tempos institucionais garantidos dentro da jornada regular para a dedicação aos estudos do ProLEEI. Essa realidade evidencia que, embora o desenho organizacional tenha flexibilizado os fluxos de acesso, a sustentabilidade da participação dos cursistas ainda esbarra em barreiras de ordem funcional e de conciliação com as demandas cotidianas das unidades escolares.

A expansão da adesão ao programa e a continuidade de parte significativa dos cursistas, mesmo diante dos desafios relacionados à permanência, evidenciam a importância da atuação das formadoras municipais na implementação da política formativa. Em articulação com a equipe técnica da Secretaria de Educação e Cidadania (SEC), as formadoras desenvolveram estratégias sistemáticas de mobilização e de acompanhamento. Tal atuação desdobra-se entre a mediação teórica dos encontros, o planejamento das pautas e a sustentação de estratégias de acompanhamento processual junto aos cursistas. Esse suporte contínuo adota múltiplos canais de comunicação para garantir a interatividade e a permanência, no curso, com destaque para o uso do e-mail, do WhatsApp e, centralmente, do Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação (AVAMEC). Na plataforma virtual, os cursistas realizam as postagens dos chamados trabalhos de percurso, e as formadoras registram seus diários de bordo (F1).

Nesse cenário, o monitoramento remoto assume um caráter pedagógico de busca ativa e incentivo à autoformação, conforme detalhado pela formadora:

Realizo o acompanhamento dos cursistas durante as formações, orientando os trabalhos que precisam postar no AVAMEC, oriento passo a passo o acesso, onde precisam entrar, o que precisam postar, que as atividades e o acesso precisam estar 100%. Algumas tarefas que precisam ser postadas compartilho durante o encontro e na formação destaco algumas tarefas postadas e isso incentiva quem não postou a postar. (F3)

Paralelamente, o respaldo institucional recebido pelas formadoras é apontado como um fator de sustentação do trabalho em rede. Elas destacam a atuação próxima da coordenação local e da formadora estadual, caracterizada por um acompanhamento sistemático, acolhedor e integrador. Esse arranjo opera por meio de reuniões presenciais e remotas, além de feedbacks contínuos que oferecem suporte administrativo e auxiliam no alinhamento teórico do programa no município. Essa percepção é evidenciada nos depoimentos das formadoras municipais, que ressaltam tanto a disponibilidade da formadora estadual quanto o caráter sistemático e acolhedor do acompanhamento realizado: “O acompanhamento se dá pela formadora estadual, que prontamente nos atende, solucionando as situações que ocorrem. Esse atendimento se dá via presencial e às vezes online (remota)” (F1). Em consonância, outra formadora afirma que “Raíssa fez acompanhamento sistemático e ao mesmo tempo acolhedor de nossas ações” (F7).

No que tange aos fatores que favoreceram a implementação do programa, em São José dos Campos, a análise dos relatos das formadoras evidencia que a qualidade conceitual do ProLEEI e seus subsídios teóricos são constituem-se como os principais fatores que incidem sobre a implementação. Os materiais e as indicações literárias fornecidos pelo programa são descritos pelas formadoras como instrumentos “assertivos”, capazes de desestabilizar visões reducionistas e promover um profundo aprimoramento reflexivo. Uma das profissionais partilha dessa percepção ao assinalar:

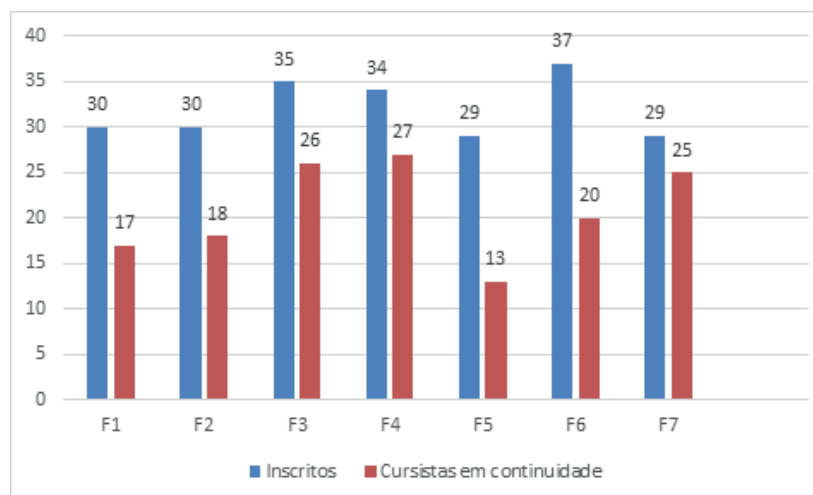
Acredito que os materiais livros, indicações literárias foram de excelente qualidade e muito assertivos. Os textos dos cadernos mobilizaram falas diversas que permitiram mudanças de diversos paradigmas. [...] Que a literatura é direito de todo ser humano e que ter acesso a ela é construir uma subjetividade ativa e investigadora (F7).

Vale destacar, como fator facilitador, a forte convergência teórica entre as diretrizes do ProLEEI e o Currículo da Educação Infantil da Rede de Ensino Municipal de São José dos Campos. Ambos os referenciais convergem ao combater a antecipação instrumental da alfabetização mecânica, defendendo a centralidade das interações, do brincar e do campo de experiências “Escuta, fala, pensamento e imaginação” como eixos da inserção da criança na cultura escrita. Essa sinergia conceitual facilita o acolhimento da proposta formativa, na rede, pois o programa não é visto como uma demanda externa desconexa, mas sim como um complemento pedagógico que qualifica e materializa o trabalho que o município já preconiza em prol da qualidade e da equidade, na educação infantil, como assinalado pela formadora F1.

Apesar do aumento do número de inscritos, o processo de implementação deparou-se com desafios de ordem logística, temporal e funcional que provocaram um índice perceptível de evasão ao longo do percurso. O primeiro entrave refere-se ao descompasso temporal entre o período de inscrição (frequentemente realizado no final do ano letivo anterior) e o início efetivo das aulas. Conforme relatado pelas formadoras, a defasagem temporal entre as etapas do programa favoreceu um “esfriamento” do interesse dos participantes e ocasionou distorções administrativas, na rede, impactando a continuidade das ações formativas: “alguns professores que atuavam na E.I. em 2025 (ano da inscrição) já não atuavam, em 2026, tendo ingressado no E.F. ou por terem assumido outros projetos para 2026, inviabilizando sua permanência” (F5) e “Desafio em permanecer com o número de cursistas inscritos considerando que entre o período de inscrição e o início das formações houve um espaço de tempo significativo” (F2).

Outro ponto crítico é a sobrecarga de trabalho dos cursistas, que dificulta a conciliação da rotina pessoal e profissional com a carga horária exigida para os estudos independentes (F7). Essa realidade de sobrecarga e as consequentes dificuldades de permanência, no percurso formativo, refletem-se de maneira evidente nas disparidades numéricas entre as matrículas iniciais e a quantidade de cursistas remanescentes por turma, conforme detalhado no gráfico 4.

Gráfico 4. Comparativo entre o número de inscritos e de cursistas em continuidade por turma de formação (2025-2026)



Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nos registros do ProLEEI do município.

Diante desse cenário, a análise das respostas das formadoras permite projetar importantes caminhos de reordenamento e de aprimoramento para eventuais futuras edições do programa.

No que tange às políticas de incentivo institucional, sugere-se que o município institua mecanismos de valorização funcional, como a validação da certificação do ProLEEI para cômputo de pontuação na evolução funcional da carreira ou nos processos de atribuição de classes e aulas. Defende-se, ainda, a possibilidade de incorporação da formação no horário de trabalho coletivo (HTC) já existente na jornada dos educadores (F1 e F4).

Um desdobramento concreto das reflexões geradas por este estudo e pelos relatos das formadoras municipais é o movimento que a Secretaria de Educação e Cidadania (SEC) já vem

articulando ao inserir novas ações na política formativa da rede. Exemplo disso é a proposição do “Encontro Cultural”, fundamentado na concepção de que a formação cultural e artística não é apenas um complemento, mas um direito dos cursistas e um pilar estruturante do ProLEEI (Brasil, 2025a). Cabe destacar que, em resposta direta aos desafios relacionados à sobrecarga e à permanência, apontados pelas formadoras, a rede passa a ofertar essa atividade, no horário de trabalho, visando assegurar melhores condições para a participação dos profissionais e favorecer a sustentabilidade da formação ao longo do percurso.

Quanto ao aprimoramento do cronograma e das estratégias de divulgação, as análises sinalizam a necessidade de aproximar a publicação dos editais de inscrição das datas efetivas de início do curso, bem como de ampliar os canais de publicização do programa na rede. Além disso, propõe-se a reestruturação do calendário municipal com maior antecedência, medida considerada essencial pelas participantes para precaver conflitos logísticos com feriados prolongados e recessos escolares (F1).

Por fim, no que diz respeito ao fortalecimento do tempo de estudo das formadoras, aponta-se a necessidade de otimizar os momentos de alinhamento com a coordenação e a instância estadual. Essa medida visa assegurar uma formação inicial robusta que apresente o roteiro completo de navegação do programa e garanta mais tempo para o adensamento teórico e reflexivo das próprias formadoras antes do início dos encontros com os cursistas (F3).

Mesmo diante dos desafios de percurso, os reflexos do ProLEEI, na rotina pedagógica das unidades escolares de São José dos Campos/SP, manifestam-se na sensibilidade dos educadores frente às linguagens da infância. O programa atua diretamente na transformação das concepções teóricas dos professores, impulsionando-os a qualificar suas intervenções diárias. A mudança estrutural provocada pela formação é sintetizada de maneira potente no seguinte relato:

Acredito que o LEEI permitiu que professores ampliassem suas percepções estéticas. Olhar para um livro, ouvir uma música, ler uma imagem pede do sujeito mais que uma passada de olhos, mas leitura. Essa mudança de chave que o LEEI traz e provoca move o professor para outro lugar da ação docente. O LEEI foi diretamente no que está atrás dos olhos em nossas leituras. (F1)

[...] os materiais livros, indicações literárias foram de excelente qualidade e muito assertivos. Os textos dos cadernos mobilizaram falas diversas que permitiram mudanças de diversos paradigmas. [...] Que a literatura é direito de todo ser humano e que ter acesso a ela é construir uma subjetividade ativa e investigadora. (F7)

Na prática cotidiana das salas de referência, as formadoras destacam que esse deslocamento conceitual tem gerado uma curadoria muito mais refinada, intencional e cuidadosa das obras literárias oferecidas aos bebês e às crianças. Há também uma nítida ampliação do uso de múltiplas linguagens e um reavivamento do compromisso com o acesso democrático aos bens culturais (F3 e F5).

No que tange à mobilização e ao engajamento dos diferentes segmentos, a dinâmica das salas de aula revela aproximações e assimetrias enriquecedoras entre os profissionais. Nas turmas onde há equilíbrio entre cursistas da rede direta, da rede parceira e coordenadores pedagógicos, observa-se um ambiente de escuta mútua, compartilhamento horizontal de experiências e profundo respeito à diversidade de saberes (F5). Contudo, as formadoras chamam a atenção para as disparidades estruturais que ainda atravessam a rede, pontuando que os profissionais das instituições parceiras frequentemente enfrentam maior escassez de recursos materiais e acervos literários em suas unidades, o que impacta especialmente o acesso às obras sugeridas no programa, conforme destaca F4:

Em meu grupo não observo diferença na participação e envolvimento das cursistas considerando a rede direta e parceira, mas sim no que se refere a professores mais experientes e menos experientes, porém quando apresentamos algumas sugestões de obras literárias essa diferença aparece entre a rede direta e parceira, por essa última não ter os mesmos recursos (F4).

Em suma, embora as diferenças de contexto e de infraestrutura existam, o ProLEEI tem se consolidado como um espaço democrático de intersecção, no qual o encantamento pela literatura infantil e o compromisso ético com os direitos de aprendizagem unificam os educadores em prol de uma Educação Infantil de qualidade social e com equidade.

Considerações Finais

O percurso de implementação do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (ProLEEI), no município de São José dos Campos/SP, revela-se como uma bem-sucedida e potente política pública de formação continuada, consolidando uma rede de saberes comprometida com a infância. Ao analisar o itinerário formativo e a atuação das formadoras municipais, cumpre retomar que os objetivos centrais deste estudo foi o de compreender as ações implementadas, mapear as estratégias de mobilização e problematizar os limites e as potencialidades desse processo. Nessa direção, os dados coletados evidenciam a manutenção e a consolidação da adesão do corpo docente, cujos registros apontam 204 inscritos na primeira oferta e 224 na edição subsequente, atestando a sustentabilidade da mobilização local conduzida em parceria com a Secretaria de Educação e Cidadania.

Mais do que a estabilidade numérica, destaca-se o significativo avanço qualitativo no aproveitamento do programa: enquanto a primeira edição registrou um índice de 31% de concluintes, a segunda etapa demonstra um fortalecimento da persistência docente, com 65% de cursistas em continuidade, que se configuram como possíveis concluintes. Constatou-se que o fato de o ProLEEI ter suas diretrizes conceituais alinhadas de forma orgânica ao Currículo da Educação Infantil do município, contribuiu para sua implementação. Essa sinergia desestabilizou visões instrumentais e reducionistas sobre a alfabetização mecânica, na primeira infância, substituindo-as pela consolidação do letramento em sua dimensão social, cultural e estética. Na prática cotidiana das salas de referência, o programa incidiu diretamente “atrás dos olhos” dos educadores, refinando a curadoria literária e ampliando as experiências linguísticas ofertadas aos bebês e às crianças por meio do brincar e das interações, o que denota que uma formação continuada ancorada na reflexão da própria prática e no respeito às especificidades da infância tem potencial para ressignificar a ação docente.

Por outro lado, a presente investigação expôs desafios estruturais significativos que funcionam como limitadores do aproveitamento integral do programa. Os descompassos de cronograma entre a inscrição e o início do curso, somados à sobrecarga de trabalho dos cursistas e às assimetrias infra estruturais entre a rede direta e a rede parceira, resultaram em índices de evasão que merecem atenção. Como implicação prática para o reordenamento de futuras edições, sugere-se que a municipalidade estude políticas de incentivo institucional, tais como a validação da certificação para a evolução funcional da carreira ou a inserção dos encontros nos Horários de Trabalho Coletivo (HTC) já existentes. Recomenda-se, ainda, a ampliação do tempo de estudo prévio voltado às próprias formadoras e o ajuste logístico dos editais de convocação.

Por fim, a experiência de São José dos Campos reafirma o ProLEEI como um espaço democrático de intersecção e de valorização da narrativa docente como ferramenta de autoformação. Como indicações para novas pesquisas, aponta-se a relevância de investigar, *in loco*, mudanças nas práticas pedagógicas voltadas para a leitura e à escrita nas unidades educativas que atendem à Educação Infantil, bem como possíveis impactos longitudinais dessa formação nas trajetórias de aprendizagem das crianças.

Referências

BRASIL. [Ministério da Educação]. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 2009. Disponível em: https://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf. Acesso em: 14 maio 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024**. Define as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 18 out. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br>. Acesso em: 14 maio 2026.

BRASIL. [Presidência da República]. **Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023**. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 13 jun. 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm. Acesso em: 14 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 85, de 31 de janeiro de 2025**. Institui o Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil (Pro-LEEI) no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 4 fev. 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br>. Acesso em: 14 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Leitura e escrita na educação infantil**: caderno de orientação para formadoras PRO-LEEI. 1. ed. Brasília, DF: Ed. dos Autores, 2025. v. 1. (Coleção leitura e escrita na educação infantil). Disponível em: [inserir link da plataforma Avamec, se houver]. Acesso em: 6 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Leitura e escrita na educação infantil**: caderno de orientação para formadoras - Pro-LEEI. 1. ed. Brasília, DF: Ed. dos Autores, 2025. v. 2. 1 recurso online (PDF). ISBN 978-65-01-72358-7. Disponível em: [inserir link do volume 2, se houver]. Acesso em: 6 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Qualidade e equidade na educação infantil**: princípios, normatização e políticas públicas. Brasília, DF: MEC/SEB, 2024. 68 p. ISBN 978-65-992607-7-3.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Conselho Municipal de Educação. **Parecer CME nº 07/2024: solicitação de análise e parecer da minuta que dispõe sobre as ações obrigatórias do Programa Municipal de Alfabetização e Fluência Leitora nas unidades escolares da Rede de Ensino Municipal de São José dos Campos para o ciclo de alfabetização e dá outras providências**. *Diário do Município*, São José dos Campos, n. 3.378, p. 25, 19 dez. 2024.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Secretaria de Educação e Cidadania. **Currículo da Educação Infantil da Rede de Ensino Municipal de São José dos Campos**. 2. ed. São José dos Campos: SEC, 2025.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Secretaria de Educação e Cidadania. **Leitura com bebês e crianças bem pequenas**: práticas intencionais. São José dos Campos: SEC, 2024. Disponível em: [inserir link do site ou repositório]. Acesso em: 25 abr. 2026.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Secretaria de Educação e Cidadania. **Orientações para o trabalho pedagógico**: Pré I. São José dos Campos: SEC, 2024. 56 p.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Secretaria de Educação e Cidadania. **Portaria nº 029/SEC/25**: dispõe sobre a implementação do Programa de Leitura visando o desenvolvimento da fluência leitora na Rede de

Ensino Municipal de São José dos Campos. São José dos Campos: SEC, 8 abr. 2025. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/media/2jbiuatp/portaria-n%C2%BA-029sec25-programa-de-leitura-visando-o-desenvolvimento-da-fluencia-leitora-na-rem-de-sao-jose-dos-campos.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2026.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Secretaria de Educação e Cidadania. **Portaria nº 174/SEC/24: dispõe sobre as ações obrigatórias do Programa Municipal de Alfabetização e Fluência Leitora nas unidades escolas da Rede de Ensino Municipal de São José dos Campos, para o ciclo de alfabetização, e dá outras providências.** São José dos Campos: SEC, 19 dez. 2024. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/media/ff2luhmr/portaria-n%C2%BA-174sec24-dispoe-das-aco-es-obrigatorias-do-programa-municipal-de-alfabetizacao-de-fluencia-leitora-nas-ues-da-rem-de-sjc.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2026.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Secretaria de Educação e Cidadania. **Departamento de Educação Básica.** Divisão de Educação Infantil. Orientações para o trabalho pedagógico: Pré II. São José dos Campos: SEC, 2024. 67 p.

Recebido em 20 maio 2026
Aceito em 10 julho 2026